

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.502 - SP (2019/0131545-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : GBL BRASIL OLEODUTOS E SERVICOS LTDA**  
**ADVOGADOS : ANDRÉ SIMÃO SANTOS - RJ103675**  
**AUREA D'AVILA MELLO COTRIM - SP204742**  
**MATHEUS DE MELO AFFONSO - SP349446**  
**AGRAVADO : MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA**  
**PROCURADOR : PAULO ROGÉRIO SPINELLI - SP248670**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por GBL BRASIL OLEODUTOS E SERVICOS LTDA. contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

EXECUÇÃO FISCAL - Exercício de 2009 - Exceção de pré-executividade - Não acolhimento da objeção processual - Não reconhecimento da prescrição - Negativa de citação suprida pelo comparecimento espontâneo - Inexistência de desídia da exequente - Aplicação da Súmula nº 106 do STJ - Inobservância do comando normativo previsto no artigo 40 da Lei 6830/80 - Decisão mantida - Recurso desprovido.

Alega violação dos arts. 174 c/c 156, V, do CTN, no que concerne ao reconhecimento da prescrição tendo em vista que não houve despacho citatório, interrompendo o prazo, uma vez que o Município ajuizou a execução fiscal sem indicar o endereço da recorrente, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Na oportunidade, demonstrou-se, dentre outros fatos, que o crédito tributário em discussão está inegavelmente prescrito, nos termos do artigo 174 do CTN, pela ausência de despacho determinando a sua citação dentro dos 5 (cinco) anos que se seguiram à constituição do crédito. (fls. 233).

Ora, das folhas iniciais do processo se pode concluir, com absoluta clareza, que era impossível que o Judiciário proferisse tal despacho, uma vez que o Município de Caraguatatuba ajuizou a Execução Fiscal sem indicar o endereço da Recorrente para citação. (fls. 235).

Ocorre que uma simples leitura da Execução Fiscal deixa claro que tal despacho jamais foi proferido, sendo inegável a prescrição do crédito tributário. 5.3. Pois sendo a ausência do referido despacho um fato incontroverso nos autos, torna-se necessário avaliar se a demora para o proferimento de tal ato se deu por inércia do Poder Judiciário (caso no qual a

interrupção do prazo retroagiria à data do ajuizamento da Execução Fiscal, no entendimento do v. acórdão recorrido), ou se ocorreu por culpa do Município de Caraguatatuba, que impediu a emissão do referido despacho. (fls. 235).

Segundo o Recorrido, o crédito tributário foi definitivamente constituído em 03.04.2009. Admitindo-se tal fato, conclui-se que para que tal crédito não estivesse prescrito, o despacho de cite-se na Execução Fiscal deveria ter ocorrido dentro de 5 (cinco) anos contados daquela data, ou seja, até 03.04.2014, conforme o art. 174 do CTN (fls. 235).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Conforme se observa dos autos, a execução fiscal foi proposta em face da sociedade empresária GLBL Brasil Oleodutos e Serviços Ltda. (fls. 44/45) em 19 de agosto de 2013, tendo sido determinada a emenda à inicial em 04 de março de 2016 (fl. 48).

A municipalidade cumpriu a determinação judicial informando o endereço da executada/agravante (fl. 49), sendo certo que a carta citatória retornou positiva (fls. 54), tendo fluído o prazo legal sem a comprovação do pagamento do débito, conforme certidão de fl. 55. Ato contínuo, a exequente requereu a penhora dos ativos financeiros da executada (parte final da fl. 55).

Ocorre que, a agravante apresentou exceção de pré-executividade alegando, em síntese: i) a nulidade da citação, eis que não mais se encontra sediada no local em que fora enviada a carta citatória e ii) a nulidade da CDA, ante o não preenchimento dos requisitos previstos nos artigos 202, II, III e V do CTN e 2º, § 5º, II, III, IV e VI, da LEF.

O d. Juízo *a quo* não acolheu a exceção de pré-executividade, determinando o prosseguimento da execução fiscal (fls. 36/38), da qual ora se agrava, asseverando a agravante a ocorrência da prescrição, nos termos do artigo 174 do CTN, bem como a inaplicabilidade do enunciado de Súmula 106 do E. STJ.

Neste caso, a execução foi ajuizada já na vigência da Lei Complementar nº 118/2005 e, portanto, aplica-se ao caso o artigo 174, inciso I, do Código Tributário Nacional - nova redação - que determina que a fluência da prescrição será interrompida pelo despacho ordenador da citação, retroagindo à data da distribuição da ação - 19/08/2013.

Como se sabe, o prazo flui desde a constituição do crédito, sendo certo que não se consumara, ao tempo do ajuizamento 19/08/2013 -, no tocante ao exercício de 2009 (fls. 215/216).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da

pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp 1.773.075/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 07/03/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 1.374.756/BA, Rel.<sup>a</sup> Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 01/03/2019; AgInt nos EDcl no AREsp 1.356.000/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 06/03/2019; e REsp 1.764.793/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 08/03/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente